



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

Ordem Patriarcal de Gênero, raça/etnia e classe

**Mundo do Trabalho e Gênero: Reflexões sobre as relações
desiguais na sociabilidade capitalista**

Jéssica Monaliza de Menezes Saraiva ¹

I. INTRODUÇÃO

Este ensaio se constitui a partir de pesquisa em desenvolvimento no Mestrado Acadêmico em Serviço Social, Trabalho e Questão Social da Universidade Estadual do Ceará (UECE). A pesquisa trará reflexões acerca dos processos de subjetivação das mulheres em espaços de trabalho historicamente associados a figura do “homem”. Numa perspectiva de compreender como são tecidas as relações de trabalho no sistema capitalista contemporâneo em vias com as relações de gênero, nas quais identificamos diálogos desiguais, opressores e violentos que entrecruzam eixos estruturantes da sociedade brasileira a saber: raça, gênero e classe social.

No fluxo inicial da pesquisa trago um referencial teórico que nos dará aporte para compreender o delineamento de uma sociedade patriarcal e a mulher na cena pública e como se gestam nas relações de trabalho o processo de subordinação e opressão do feminino em detrimento da lógica andocêntrica predominante na sociabilidade capitalista.

É nesse fluxo que a pesquisa em curso irá se aproximar de mulheres trabalhadoras para tecer diálogos e reflexões acerca dos condicionantes sociais que constituem essa lógica de opressão e violência simbólica (BOURDIEU,1989) no panorama capitalista do mundo do trabalho.

II. DESENVOLVIMENTO

O mundo do trabalho na contemporaneidade se apresenta de forma complexa, contraditória e dinâmica, compreender as modificações que vem ocorrendo nas relações de

¹ Mestranda do Mestrado Acadêmico em Serviço Social, Trabalho e Questão Social da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Jessica.monaliza@aluno.uece.br



trabalho, modos de produção e sua reificação no contexto social é um fator preponderante para esta discussão.

A partir da compreensão que o trabalho é a atividade na qual o homem transforma a natureza para atender suas necessidades, compreendo que a categoria trabalho é estruturante para esta análise pois, nos possibilita desvelar as transformações do mundo do trabalho principalmente nas mutações que ocorrem ou que ocorreram nas relações sociais entranhadas na sociedade capitalista contemporânea (MARX,2008).

Ao compreender a sociabilidade do capital como um sistema que produz desigualdades com a produção de mais valia e exploração da classe trabalhadora percebermos as determinações de segregação que se gestam e se objetivam nas relações sociais. Com isso, as relações de gênero no mundo do trabalho estão imersas nesse fluxo e suas especificidades se estabelecem no plano real num contexto de profundas desigualdades e opressões.

Para tanto, a discussão de gênero no mundo do trabalho nos possibilita pensar o papel social da mulher neste contexto histórico multifacetado que delinea o caráter da divisão social e sexual do trabalho encontrado na contemporaneidade. Pensar as relações existentes no presente de subordinação, exploração e opressão do feminino é revisitar os desdobramentos históricos de uma sociedade patriarcal que ao longo do tempo apenas metamorfoseia-se dentro de uma lógica andocêntrica que prioriza o masculino e secundariza o feminino.

A inserção da mulher no mercado de trabalho dá-se num prisma de desenvolvimento do sistema capitalista, com a Revolução Industrial as mulheres passam a ser recrutadas para essa nova realidade social que é o trabalho industrial nas fábricas. Numa conjuntura precarizada de um trabalho fabril penoso e insalubre as mulheres passam a fazer parte da dinâmica capitalista que se coloca como urgente. Podemos destacar essa realidade na fala do autor:

Com a Revolução Industrial, marco da consolidação do capitalismo, a mulher passa a ser incorporada nas relações produtivas sob condições desumanas, tendo em vista a intensificação do trabalho, a extensa jornada de trabalho e o rebaixamento salarial, para atender aos imperativos do acelerado processo de acumulação. Mesmo com essa realidade, as mulheres dos grupos menos privilegiados necessitavam do trabalho como forma de subsistência e por isso acabavam se sujeitando aos respectivos ordenamentos. (GUIRALDELLI, 2007, p.02)

Dessa forma, a mulher adentra ao mercado de trabalho sem nenhum contexto crítico quanto ao seu papel, estavam a serviço dos imperativos do capital e com isso o processo de subordinação se mescla a realidade patriarcal vivenciada num panorama geral.

A construção socialmente atribuída a figura da mulher restringe a esfera do lar, aos serviços domésticos e ter essa nova realidade na esfera pública e privada a coloca frente a



desafios gigantescos quanto ao processo de inserção e manutenção no mundo do trabalho, trazendo à tona questões e vivências que demarcam a conotação subjetiva imposta socialmente do que é ser mulher numa sociedade patriarcal.

Podemos apreender na fala de Bourdier (2014) a construção do corpo feminino como princípios de visão e divisão sexualizantes, uma realidade que pauta a sobreposição do masculino em detrimento do feminino a partir do fator biológico:

O mundo social constrói o corpo como realidade sexuada e como depositário de princípios de visão e de divisão sexualizantes. Esse programa social de percepção incorporada aplica-se a todas as coisas do mundo e, antes de tudo, ao próprio corpo, em sua realidade biológica: é ele que constrói a diferença entre os sexos biológicos, conformando-a aos princípios de uma visão mítica do mundo, enraizadas na relação arbitrária de dominação dos homens sobre as mulheres, ela mesma inscrita, como a divisão do trabalho, na realidade da ordem social. A diferença biológica entre os sexos, isto é, entre o corpo masculino e o corpo feminino, e, especificamente, a diferença anatômica entre os órgãos sexuais, pode assim ser vista como justificativa natural da diferença socialmente construída entre os gêneros e, principalmente, da divisão social do trabalho. (BOURDIEU, 2014, p. 24)

Numa concepção que constitui social/culturalmente a definição da realidade sexuada que os sexos e corpos ocupam na sociedade identificamos a incorporação de um caráter tido como natural definido na realidade biológica dos sexos, que subordina a mulher numa visão mítica, tecendo relações de dominação compondo um processo de subordinação e arbitrariedade da mulher em relação ao masculino.

Nos espaços estruturantes das sociedades essas concepções são erigidas e ganham legitimidade por um todo social que configura o processo de subjetivação dos sujeitos, com identidades formadas a partir de ideários sociais marcados pela definição dos corpos como masculino e feminino e com atribuições distintas a cada um deles. Podemos ver a construção dos processos subjetivos na fala da autora:

Nós vivemos nossa subjetividade em um contexto social no qual a linguagem e a cultura dão significado à experiência que temos de nós mesmos e no qual nós adotamos uma identidade. Quaisquer que sejam os conjuntos de significados construídos pelos discursos, eles só podem ser eficazes se eles nos recrutam como sujeitos. Os sujeitos são, assim, sujeitados ao discurso, e devem, eles próprios, assumi-lo como indivíduos que, dessa forma, se posicionam a si próprios (WOODWARD, 2000, p. 55)

Dessa forma, a subjetividade é construída a partir dos discursos e conjuntos de significados que nos deixamos recrutar e contextualizar essa máxima as relações de gênero no trabalho é perceber que não podemos atribuir avanços consolidados para as mulheres acerca dos seus direitos no mundo do trabalho. Categorias básicas como equidade e igualdade ainda precisam ser alcançadas, a estigmatização do “ser mulher” na condição de salários menores, ascensões profissionais a longo prazo e maior permanência em



atividades e empregos precários são características desse processo histórico de relações de trabalho x relações de gênero.

É nesse fluxo de articulação teórica que a pesquisa em curso ganha materialidade, compreendendo as relações de gênero no mundo do trabalho no contexto da sociabilidade capitalista, tecendo diálogos com vertentes e possibilidades que nos leve a desvelar o objeto aqui proposto numa dimensão crítica e comprometida com a transformação social.

III. RESULTADOS E CONCLUSÕES

O ensaio traz proposições iniciais acerca da pesquisa, com base numa fundamentação teórica remonta as questões da desigualdade de gênero numa perspectiva de elucidar como se constrói no ideário e culturalmente a percepção da mulher em condição de subordinação e como essa condição é tecida no espaço privado e reproduzida na cena pública, permeando as relações de trabalho.

Aqui não nos cabe findar a temática, mas trazer os nortes teóricos e suas manifestações de como é constituído no plano da sociabilidade capitalista as desigualdes de gênero nos espaços laborais . Numa perspectiva histórica de apreender como a figura da mulher se estabelece nessas relações, apontando para as tensões, desafios e possibilidades.

IV. REFERÊNCIAS

- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução de Maria Helena Kuhner. – 11ª ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. P. 160.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder Simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. Lisboa DIFEL. Difusão Editorial, Ltda 1989.
- GUIRALDELLI, Reginaldo. **Presença feminina no Mundo do Trabalho História e Atualidade**. Revista de Estudos do Trabalho. Ano I – Número I – 2007. Disponível em http://www.estudosdotrabalho.org/Guiraldelli_RET01.pdf. Acesso em 13 de julho de 2015.
- MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- Woodward, K. (2000). **Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual**. In T. T. Silva (Org.), *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais* (pp. 7-72). Petrópolis, RJ: Vozes.